



TCE EM PAUTA

ANO XVIII - Nº 89

NATAL/RN

JULHO E AGOSTO DE 2012

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1985



TRIBUNAL IMPLANTA PROCESSO ELETRÔNICO

A PARTIR DESTA MÊS, TODOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO TCE SERÃO DIGITALIZADOS, O QUE VAI COLABORAR NA ECONOMIA DE PAPEL E DE TEMPO

PÁGINA 5

CONTAS DO GOVERNO SÃO
APROVADAS COM RESSALVAS

PÁGINA 3



LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal receberam 25.065 solicitações de informação nos três primeiros meses de vigência da Lei de Acesso à Informação Pública.

Desde o último dia 16 de maio, qualquer pessoa pode ter acesso a documentos e informações produzidas ou custodiadas por órgãos públicos, em todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e níveis de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), desde que não estejam classificadas como sigilosas.

Pela Lei, os dados solicitados devem ser fornecidos no prazo de vinte dias, prorrogáveis por mais dez. O requerente não precisa justificar o pedido, que pode ser feito pela Internet (<http://www.acessoainformacao.gov.br/>) ou pessoalmente, no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do respectivo órgão.

ANTICORRUPÇÃO

O Brasil será sede, de 7 a 10 de novembro, da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC). Promovida pela Transparência Internacional (TI), com o apoio do Instituto Ethos, o evento acontecerá em Brasília (DF) e reunirá chefes de Estado, sociedade civil e os setores público e privado para discutir boas práticas, compartilhar experiências e traçar estratégias comuns para o desenvolvimento de medidas de prevenção e combate à corrupção.

MEDALHA DO MÉRITO

O TCE vai homenagear personalidades do estado com a Medalha do Mérito governador Dinarte Mariz. Os nomes serão anunciados até o dia 19 de outubro. Este ano a entrega da comenda as oito personalidades será antecipada em função o término do mandato do atual presidente Valério Mesquita.

PLEBISCITO EM SERRA CAIADA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autoriza realização de plebiscito no Município de Serra Caiada. A autorização em caráter excepcional é também para os municípios de Nova Brasília do Oeste, Castanheiras, Jaru e Governador Jorge Teixeira, todos em Rondônia.

NA PRÁTICA

Para viabilizar o pleito, o TSE desenvolveu um software que permite que a mesma eleição a ser utilizada para votar nos candidatos possa servir também para a votação em plebiscitos ou referendos, concomitantemente. Essa medida evita a mobilização de urnas e mesários fora do período eleitoral, reduzindo a zero os custos com as consultas populares previstas na Constituição Federal.

ELOGIO FUNCIONAL

O presidente conselheiro Valério Mesquita determinou uma anotação de elogio na ficha funcional dos servidores que atuaram com o assessoramento técnico, Portaria nº 131/2012-GP/TCE, nas contas do governo do estado, referente a 2012.

As contas aprovadas com ressalvas teve como relator do processo o conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves. A comissão técnica de assessoramento do conselheiro foi formada pelos servidores Fernando de Araújo Jales Costa, Lauro Tércio Bezerra Câmara, Luiz Fabra Lafitte Neto, Luzenildo Moraes da Silva, Márcio Roberto Loiola Machado, Marise Magaly Queiroz Rocha e Severiano Duarte Júnior.

OAB/RN INSTALA COMISSÃO DA VERDADE E DA MEMÓRIA

A OAB/RN instalou a Comissão da Verdade e da Memória,, através da Portaria Nº 08/2012 entrou em vigor no dia 16 de agosto, durante a reunião do Conselho Seccional. A Comissão da Verdade e da Memória possui 12 integrantes, de várias gerações. Marcos Guerra, um dos membros que vivenciou o período da Ditadura Militar no Brasil falou da satisfação que sentia ao fazer parte desse momento tão importante para o Estado. "Sinto-me orgulhoso de fazer parte do futuro que estamos construindo. Conseguir unir várias gerações de pessoas comprometidas com o passado, o presente e o futuro nos dá certeza de que nossa história precisa ser contada".

**A POPULAÇÃO**

Dessa forma, os 7.300 eleitores de Serra Caiada terão uma responsabilidade a mais no pleito de 2012. Além de escolherem prefeito, vice-prefeito e vereadores, eles votarão para definir o nome real do município. É que Serra Caiada foi fundada em 1953, mas dez anos depois, teve – sem justificativas – seu nome mudado para Presidente Juscelino, porém o novo nome não caiu no gosto popular.

TCE EM PAUTA**COMPOSIÇÃO DO TCE****CONSELHEIROS**

Presidente
Valério Alfredo Mesquita

Vice-Presidente
Tarcísio Costa

Presidente da 1ª Câmara
Carlos Thompson da Costa Fernandes

Presidente da 2ª Câmara
Paulo Roberto Chaves Alves

Corregedoria Geral
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Conselheiro
Renato da Costa Dias

Conselheiro (convocado)
Marco Antônio de M. R. Montenegro

AUDITOR
Cláudio José F. Emerenciano

SECRETÁRIO-GERAL
Laércio Segundo de Oliveira

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Jaime Mariz Neto

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO
Michely Gomes de Araújo Tinoco

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

Procuradores
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Luciano Silva Costa Ramos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

Coordenador de Comunicação Social
João Batista Machado

Editor
Eugênio Parcella

Repórteres
Andréia Moraes
Graciêma Maria Carneiro
Rosalie Arruda Câmara

Revisão
Luan Araújo de Carvalho

Fotos
Jorge Filho

Projeto Gráfico e Diagramação
Terceirize (84) 3211-5075

Impressão
Solução Gráfica - 3613-0616

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN -
CEP. 59.012-360
Telefone/Fax (84) 3642-7278
Site www.tce.rn.gov.br E-mail tce-ccs@rn.gov.br

GESTÃO

TCE APROVA, COM RESSALVAS, CONTAS DO GOVERNO

O Tribunal de Contas aprovou, com ressalva, as contas do governo Rosalba Ciarlini, referente ao ano de 2011. A sessão plenária extraordinária aconteceu no último dia 13 de agosto com a presença dos conselheiros e secretários de estado. A análise tomou como base o Balanço Geral consolidado, remetido pela Assembleia Legislativa ao TCE, que tem por foco apenas as contas do Poder Executivo.

O relatório do conselheiro relator, Paulo Roberto Chaves Alves, apontou entre outros, os seguintes pontos: O Plano Plurianual apresenta inconsistências quanto aos valores dos programas e o respectivo Relatório de Avaliação, bem como do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF constam informações incompletas ou incorretas, dificultando, assim, o planejamento e acompanhamento das respectivas metas pelo próprio Governo do Estado e pela fiscalização do Tribunal de Contas;

As impropriedades materiais constatadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias indicam a desconformidade com as exigências contidas da Lei Complementar nº 101, de 2000, além de as suas impropriedades formais, quanto à confecção dos Anexos de Metas e de Riscos Fiscais, estarem em desconformidade com o Manual da Secretaria do Tesouro Nacionais:

O montante de R\$ 9.498.381.000,00 da receita prevista na Lei Orçamentária Anual, foi arrecadado o valor de R\$ 7.778.420.362,47, correspondente ao percentual de 81,89%, em função, principalmente, do baixo nível de eficiência da previsão de receitas correntes, como a patrimonial, a agropecuária, a industrial e a de serviços, e da superestimação das receitas de capital;

O governo gastou apenas 3,70% do orçamento com investimentos;



O conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves relatou as contas do governo relativas a 2011

O relatório também apontou o baixo nível de investimentos realizados na área da saúde pública, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 11.076.834,92, valor este inferior àquele aplicado no exercício financeiro de 2010 (R\$ 17.386.528,39), configurando um decréscimo de 36,29%. Ainda, tal montante situa-se em patamar inferior àqueles relativos a despesas menos prioritárias, como diárias (R\$ 23.678.716,14) e publicidade governamental (R\$ 16.851.590,51);

Também ficou evidenciado que o governo cumpriu apenas parcialmente disposições contidas nos arts. 48, Lei de Responsabilidade Fiscal;

A despesa com pessoal do Poder Executivo alcançou o patamar de 48,59%, abaixo em 0,41% do limite legal (49%) fixado no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, embora tenha ficado acima do limite prudencial (46,55%); quanto a despesa com pessoal do Estado do Rio Grande do Norte alcançou o patamar de 58,24%, abaixo em 0,76% do limite legal (60%) fixado no art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, embora tenha ficado acima do limite prudencial (57%).

Ao final do exercício de 2011, o resultado nominal positivo foi de R\$ 84.920.613,10, ficando este valor

dentro do limite fixado no Anexo de Metas Fiscais da mencionada Lei de Diretrizes Orçamentárias, embora não tenha havido possibilidade de análise dos Restos a Pagar, em decorrência da publicação dos dados correspondentes em desconformidade com o padrão exigido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O parecer do conselheiro fez diversas recomendações entre elas: considerando-se as impropriedades apontadas, recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte a adoção das seguintes providências: elaborar o orçamento anual com observância dos critérios e padrões que compatibilizem a despesa fixada e a receita prevista, com observância das disposições contidas no art. 12 da Lei Complementar Nacional nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); especificar, no Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os quantitativos correspondentes às despesas com pessoal autorizadas a sofrerem acréscimo, a teor da exigência contida no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal; cumprir, integralmente, as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal concernentes à disponibilização, em tempo real e em meios eletrônicos de acesso público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira; cumprir, integralmente, as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal concernentes à disponibilização, em tempo real e em meios eletrônicos de acesso público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, entre outras recomendações.

Para visualizar o Relatório e o Projeto de Parecer acesse o site www.tce.rn.gov.br



O presidente do TCE, conselheiro Valério Mesquita, ministrou palestra no 6º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte

IMPACTOS

RESULTADOS COM UTILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

“Não acredito em nenhuma gestão cujos servidores não tenham efetuado o planejamento estratégico”. Assim, de forma incisiva, o presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, conselheiro Valério Mesquita, ministrou a palestra “A Gestão Estratégica do Controle Externo no TCE/RN”, no 6º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte, na segunda-feira, 30 de julho, no auditório do Hotel Praiamar.

Durante 45 minutos, o presidente do TCE falou sobre os desafios da sua gestão e os resultados alcançados, a partir da adesão ao planejamento estratégico institucional. “Me sinto feliz em ter conseguido realizar um grande trabalho. Tive que tirar o TCE da inércia em que estava. E tinha que começar pela matéria-prima do Tribunal: o pro-

cesso”, relatou Valério Mesquita, lembrando que quando assumiu a presidência tomou um susto quando se deparou com o acúmulo de 37.437 processos empilhados no Tribunal. “Era tanto papel, tanto peso, que tinha medo que o andar cedesse”, brincou.

Para enfrentar o problema, convocou a equipe do Planejamento Estratégico, do Promoex (Programa de Modernização do Controle Externo), do Ministério Público de Contas, Consultoria Jurídica e Corregedoria, entre outros, pedindo sugestões para o trabalho. De início, optaram pela realização de mutirões para reduzir o estoque de processos, começando pela Diretoria de Atos de Pessoal – DAP, que apresentava mais de 14 mil processos, no início de 2011. “Hoje, graças às

ações executadas, este estoque foi zerado”, relatou Valério. No total geral, dos mais de 37 mil processos estocados, atualmente o Tribunal contabiliza 10.619 processos, ou seja, houve uma redução de 71,6%.

Era necessário não somente diminuir o volume de processos, mas também definir estratégias que evitassem o acúmulo processual. O Presidente do TCE explicou que, paralelamente, foi realizada uma série de ações com este objetivo, dando como exemplos: formatação da nova Lei Orgânica e Regimento Interno, que permitiu a atualização dos métodos de análise processual; contratação, via concurso público, de 69 novos servidores; criação da Secretaria de Controle Externo; fortalecimento da Escola de Contas; implementação de uma nova

política de pessoal (em estudo), atuação de forma concomitante e seletiva e implantação do processo eletrônico (também em fase de execução).

Só para ter uma ideia dos resultados alcançados, somente com relação a 23 processos analisados de forma seletiva, nos últimos 12 meses, o TCE possibilitou uma economia equivalente a R\$ 411 milhões; com a detecção de indícios de irregularidades em licitações de obras e serviços. “Isso representa sete vezes o valor do orçamento do TCE”, relatou Valério Mesquita, sendo complementado pelos técnicos da Assessoria de Planejamento Estratégico do TCE, Gláucio Torquato e Ricardo Vilaça, que apresentaram o mapa estratégico e informaram que a primeira etapa do planejamento estratégico será revisada em 2013.

TECNOLOGIA

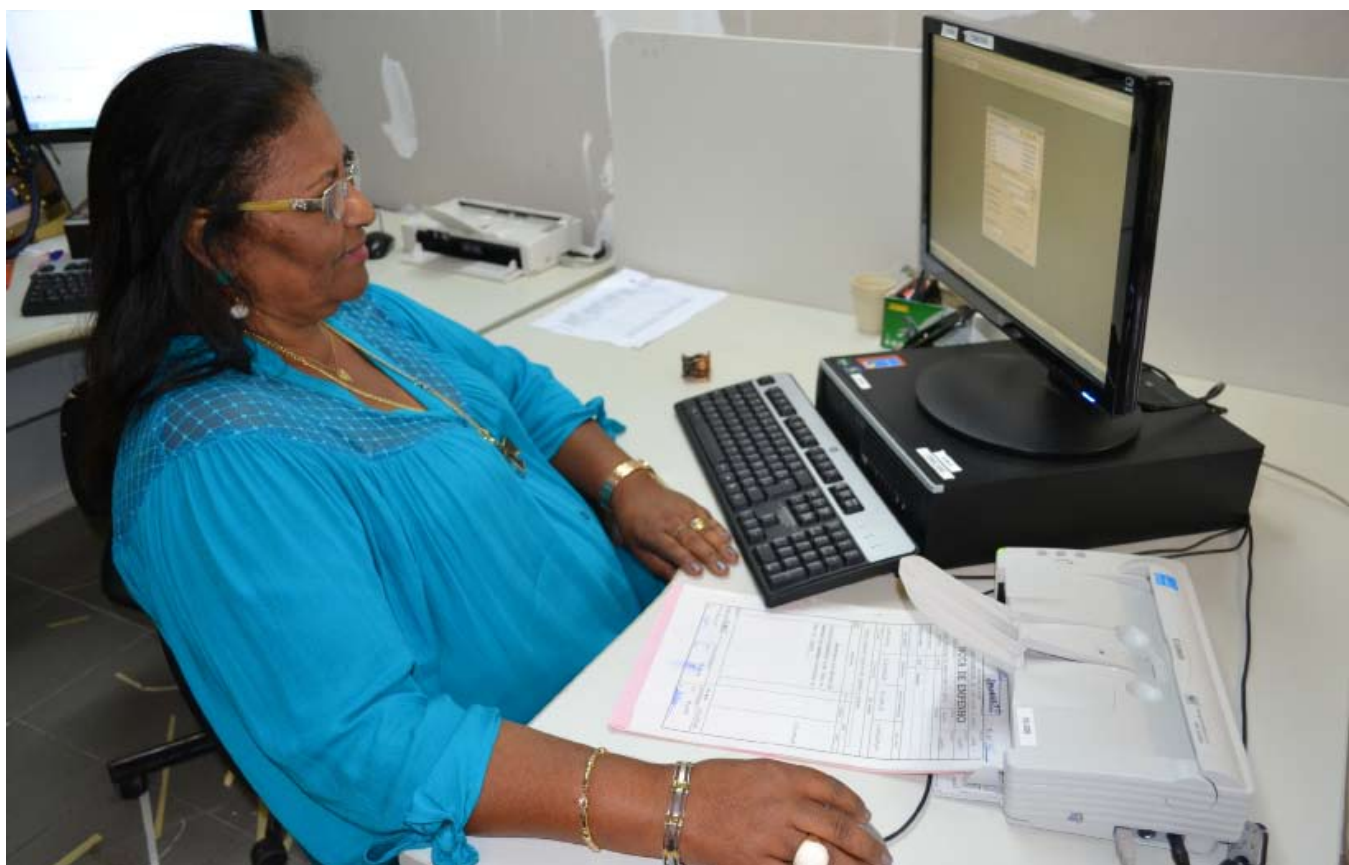
PROCESSOS EM FORMATO DIGITAL

O Tribunal de Contas do Estado iniciou, agora em agosto, a digitalização dos processos, visando a implantação do processo eletrônico. O novo modelo substituirá gradativamente o uso de documentos em papel por arquivos digitais. A medida trará economia, maior rapidez na tramitação dos processos e sustentabilidade ambiental, com a redução do uso de recursos naturais.

Nos últimos seis meses, o TCE vem investindo na ampliação do seu parque tecnológico com a aquisição de softwares, scanners, monitores, servidores, nobreaks e switches. O link de internet ficará cinco vezes mais rápido, passando dos atuais 4Mbps para 20Mbps. O projeto prevê ainda a reforma estrutural da Diretoria de Informática (DIN). O custo de implantação do programa é de aproximadamente meio milhão de reais, recursos previstos no orçamento do Tribunal.

Atualmente, cerca de 24 mil processos tramitam no TCE. A expectativa é que ¼ deles sejam digitalizados. “A partir de agosto todos os processos que derem entrada no Tribunal ou que ainda estiverem em fase de instrução serão digitalizados”, informou o diretor de informática, Paulo Roberto Oliveira. As capacitações interna e externa já foram realizadas. Servidores de cada diretoria técnica do Tribunal de Contas estão participando de um piloto interno para aprender a converter o processo físico em digital. O próximo passo é a realização do piloto externo, junto ao jurisdicionado.

A Diretoria de Protocolo do TCE registra uma média de 1.200 documentos por mês. “A demanda do TCE só faz aumentar. Por isso precisamos modernizar a casa, agilizando a tramitação dos processos, tornando o Tribunal uma instituição útil e eficaz para cidadão



A partir deste mês (agosto), todos os processos em tramitação no TCE serão digitalizados

norterrriograndense”, disse o presidente do TCE, conselheiro Valério Mesquita.

À medida que o processo eletrônico for avançando, o Tribunal passará a exigir dos órgãos públicos fiscalizados que enviem os seus processos (prestações de contas, atos de pessoal, consultas) em formato digital. Durante um período de transição, o TCE usará simultaneamente os sistemas de trâmite digital e em papel. Todos os atos acrescidos aos processos eletrônicos (instruções, pareceres, propostas de voto, acórdãos) serão assinados pelos servidores responsáveis por meio de certificado digital. Espécie de RG eletrônico, o certificado confere autenticidade e segurança à tramitação dos autos.

A partir de agora todos os processos que derem entrada no Tribunal ou que ainda estiverem em fase de instrução serão digitalizados”

Paulo Roberto Oliveira - Diretor de informática

CONTROLE

INSPEÇÃO CONCOMITANTE EM MUNICÍPIOS E CÂMARAS MUNICIPAIS

O Tribunal de Contas, através da Diretoria de Administração Municipal (DAM), anunciou que fará inspeção *in loco* em dez órgãos jurisdicionados do estado ainda neste semestre. Os municípios sorteados serão fiscalizados quanto à aplicação dos recursos de Royalties, Fundo de Participação dos Municípios, ICMS, FUNDEB, IPTU e ISS. Dentre os municípios selecionados estão Parnamirim, Macau, Nísia Floresta, São José de Campestre, São Bento do Trairi e suas respectivas Câmaras Municipais.

Também serão objeto de análise, pelos técnicos do órgão de Contas, as despesas em geral, licitações, contratos, obras de engenharia. As verbas gastas com educação e saúde estarão no centro das atenções da fiscalização. A inspeção se limitará as despesas referentes ao exercício de 2011 e as datas do início dos trabalhos em cada município serão divulgadas posteriormente.

Os municípios foram escolhidos a partir da análise do desempenho, “utilizando-se no instrumento

do acompanhamento”, “exame dos atos de gestão” e considerando a receita anual e o montante arrecadado com royalties. A administração municipal que foi alvo de denúncias perante o TCE, também entrou no critério para fiscalização.

A iniciativa faz parte das competências constitucionais e legais da Corte de Contas, que busca conferir maior transparência e visibilidade à gestão governamental, assegurando a correta aplicação do recurso público, em benefício da sociedade. O diretor da DAM, Humberto de Aragão Mendes Neto, disse que o momento para o procedimento inspeccional é agora, “já que os responsáveis pelas eventuais irregularidades encontram-se à frente da gestão dos órgãos, o que viabiliza com mais facilidade a apuração dos fatos”.

A Lei Complementar Estadual nº 411/2010 atribuiu à Diretoria de Administração Municipal o exercício da fiscalização dos Poderes Municipais sob a sua jurisdição, além de outras que lhe forem compatíveis.



Para o diretor da DAM, Humberto de Aragão, o momento da inspeção é agora

Os responsáveis pelas eventuais irregularidades encontram-se à frente da gestão dos órgãos, o que viabiliza com mais facilidade a apuração dos fatos”

CONSULTA

CONVÊNIO VISA FISCALIZAÇÃO DE COMPRA DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Possibilitar acesso ao banco de dados do Detran, inerente ao registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, para fins de consulta de informações do cadastro de veículos, com vistas à instrução de procedimentos administrativos realizados pelo TCE, a respeito das despesas públicas com aquisição destes veículos. Este o objetivo de convênio assinado entre o Tribunal de Contas do Estado e o Departamento Estadual de Trânsito, na tarde da última segunda-feira, na sede do TCE.

“Este convênio é muito importante para o TCE, pois contempla a expectativa de vários setores que serão beneficiados, colaborando na fiscalização exercida por este órgão”, relatou o presidente do TCE, conselheiro Valério Mesquita, lembrando que vários processos analisados pelo Tribunal de Contas constam aquisição de veículos, e as informações



O presidente do TCE, Valério Mesquita e o diretor presidente do Detran, Willy Saldanha, assinam convênio

do Detran vão colaborar na constatação da legalidade dessa aquisição. Do outro lado, o diretor presidente do Detran,

Willy Saldanha, enfatizou a satisfação de estar assinando o convênio, “colaborando com a ética, a probidade adminis-

trativa, contribuindo para aperfeiçoar a administração pública do RN”.

O acesso ao banco de dados será implementado mediante o credenciamento dos servidores habilitados pelo TCE. As informações solicitadas serão acessadas via internet, consultando-se por nome do proprietário, por CPF ou CNPJ, conforme se trate de pessoa física ou jurídica, por placa ou número de chassi do veículo, através da tela de consulta do RENAVAM, onde poderão ser visualizados endereço, restrição judicial/administrativa, débito de Imposto sobre propriedade de Veículos Automotores – IPVA e licenciamento, dados do veículo e multas. A partir da assinatura do convênio, os órgãos terão um prazo de 90 dias para tomar as providências, no âmbito de suas respectivas atribuições, para a efetiva implantação do convênio.

PRIMEIRA CÂMARA MANTÉM SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO DA URBANA

Acatando relatório do auditor Cláudio José Freire Emerenciano, a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE) determinou, na sessão de quinta-feira (09/08) a suspensão da Concorrência Pública Nacional nº 17.001/2012-Urbana, até que se decida o mérito da questão. Também foi decidido pela fixação de multa diária no valor de R\$ 500,00 aos responsáveis pelo processo, em decorrência do descumprimento da apresentação de documentos solicitados pelo TCE, em prazo previamente estabelecido.

A licitação questionada envolve a quantia de R\$ 165.720.163,80 e objetiva a contratação de empresa privada para a execução dos serviços de manutenção, conservação e limpeza urbana do município de Natal, com vigência de trinta meses consecutivos. Ressalte-se que a concorrência foi suspensa, inicialmente, em 28

de junho, em decorrência de Mandado de Segurança solicitado pela empresa Água Soluções Meio Ambiente e Engenharia Ltda., processado na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal, questionando a legalidade do Edital.

Diante da controvérsia, o presidente da Urbana, João Bastos, encaminhou o processo para análise pelo TCE que, diante de indícios de irregularidades e exiguidade do tempo, propôs a suspensão da concorrência, inicialmente pelo prazo de 30 dias, período que poderia fazer a análise, em caráter de urgência, de todo o procedimento licitatório. Na sessão da Primeira Câmara de Contas desta quinta-feira, o relator votou pela suspensão do processo, decidindo ainda pela notificação ao presidente da Urbana, para que seja enviado ao TCE, no prazo de dez dias úteis, os seguintes documentos e/ou informações:

a) Composição dos preços unitários da planilha de orçamento - referência do lote 3;

b) Cópias das Atas públicas que antecederam o lançamento do edital da Concorrência Pública nº 17.001/2012;

c) Relatórios comprovando a quantidade de resíduos provenientes do município de Natal, recepcionado na BRASECO, no período compreendido entre os meses de julho de 2011 a julho de 2012, de preferência com as pesagens separadas pela origem (resíduos domiciliares, resíduos provenientes de poda ou vegetação, resíduos especiais urbanos, etc);

d) Processo 00000.070827/2011-53, com toda documentação necessária referente à dispensa de licitação, em favor do Consórcio Marquise-Lider, conforme consta da publicação no Diário Oficial do Município em 06/01/2012;

e) Processos referentes aos contratos 013/2012 - GDP (firmado com a construtora Marquise s/a) e 014/2012-GDP (firmado com a construtora Líder Limpeza Urbana Ltda), conforme consta da publicação no Diário oficial do Município em 03/07/2012.

BICICLETA: PAIXÃO ETERNA



TEXTO DE NEIDE ARAÚJO

SERVIDORA LOTADA NA SECRETARIA DAS SESSÕES/TCE

PARTICIPANTE DOS GRUPOS: CICLISTAS DE NATAL/RAPADURA BIKER/BICICLETATA NATAL



Apesar de não ter tido uma bicicleta exclusivamente minha na infância, como qualquer outra criança ativa, esse era o meu maior sonho. Quarta filha de uma família de cinco irmãos e com uma só bicicleta para todos, tinha pouca chance de utilizar o brinquedo na disputa com os irmãos mais velhos.

A solução era pedir para “dar uma voltinha” nas de quem aparecesse por perto ou alugar numa oficina de bicicletas próxima de casa, sem que meus pais soubessem. O dinheiro do pagamento, geralmente, era retirado, às escondidas, dos bolsos da calça de papai, que estava sempre atrás da porta do banheiro enquanto ele dormia. Quando fiz 15 anos, ganhei de meu pai o que seria, naquele momento, o melhor e mais lindo presente de minha vida: uma Monareta cor de laranja. Liiiiinda!

Sempre gostei muito de pedalar.

A bicicleta foi meu meio de transporte durante todo o período de faculdade. Grávida de minha primeira filha, pedalei até quase o final da gestação, quando tive minha magrela furtada. Parei por um período para me dedicar melhor ao papel de mãe, porém só enquanto os filhos cresciam um pouco e tornavam-se aptos a pedalar também. Fizemos ótimos passeios ciclísticos em família.

Outra vez tive minha bicicleta furtada quando nos preparávamos para assistir à Parada Nacional do 7 de setembro. Nem por isso deixamos de ir. Fui caminhando e correndo, acompanhando as crianças, que foram pedalandando. Em maio de 2002, dia das mães, ganhei de presente outra bicicleta. Com ela, passei a pedalar em grupos e nunca mais parei.

Hoje, meus filhos Aimê, Luan e Luna não me

acompanham mais nos passeios, porém Raiane, minha quarta filha, que me chegou aos 4 anos de idade, atualmente com 15, é minha companheira assídua. Com muita paciência, esperança e determinação, conquistei a companhia do marido, que hoje também participa, ativamente, dos passeios e eventos ciclísticos. Essa conquista foi outro dos maiores presentes que ganhei na vida. Em junho de 2011, no meu aniversário, ganhei dele uma nova bicicleta e a notícia de que, a partir daquele dia, ele iria começar a pedalar conosco. Um duplo presente!

Através da bicicleta, conheci muitas cidades do interior do estado e do país, que antes não havia tido oportunidade de visitar. Dentre muitos passeios ciclísticos maravilhosos que participei - como João Pessoa-Natal, Viagem do Elefante (volta contornando o estado), Passeio do litoral (de Sagi a Tibau/Mossoró), entre muitos outros de menor extensão -, o mais longo, gratificante e impactante foi o que participei durante minhas férias no período de 07 a 22 de junho/12.

Juntamente com Cuca, meu esposo, e outros quatro casais aqui de Natal, participamos do 11º Encontro Cicloturístico em Campos do Jordão/SP, que aconteceu entre 07 e 10 de junho. Subimos e descemos serras pedalandando durante três dias no frio de doer. Nada que muita força nas canelas, muita roupa grossa e um aquecedor na hora de dormir e tomar banho não resolvessem. Ótima oportunidade de turismo, lazer e para adquirir novos conhecimentos e amizades.

Após o encontro, esposo e amigos voltaram para Natal e eu segui viagem rumo a Juiz de Fora/MG, onde

encontrei ciclistas que vieram pedalandando de Mato Grosso do Sul, Brasília e Belo Horizonte. De lá, seguimos pedalandando até a cidade do Rio de Janeiro com a finalidade de participar da Bicletada Nacional Rio +20 e da Cúpula dos Povos, que aconteceram durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Além de nós, outros ciclistas de vários estados do país pedalarão até o Rio de Janeiro. O grupo do nosso estado foi composto por mais de 15 ciclistas de Natal, Parnamirim e Caicó, que se deslocaram de ônibus para participar do evento, tornando-se a maior delegação de ciclistas no evento.

O principal objetivo desse passeio foi chamar a atenção de toda a sociedade de que é possível, saudável, viável e ecologicamente correto viajar de bicicleta e que todos os cidadãos devem ter seus direitos garantidos, assim como o meio ambiente precisa ser preservado através da utilização racional e sustentável de nossos recursos naturais. A grande sacada do evento, no momento e acredito que para sempre, é: precisamos de cidades para pessoas com ambientes solidariamente compartilhados e disponíveis saudavelmente a todos.

Aos leitores que admiram ou gostam da bicicleta como lazer, instrumento de socialização ou como atividade física, fica o convite para participar dos diversos grupos ciclísticos que existem na cidade e que fazem passeios sistemáticos, geralmente urbanos e noturnos - na semana - e diurnos em trilhas - aos sábados, domingos e feriados. Sempre existirá um com o seu perfil. Junte-se a nós e venha ser feliz, adquirindo saúde e muuuuuuuitas novas amizades.